

Hanna Jakubowicz Batoréo

Lab. de Psicolinguística (FLL)

(IX Encontro Nacional da APL. Coimbra, 30 de Setembro de 1993).

ANDAR E NADAR: UM PROBLEMA LINGUÍSTICO OU COGNITIVO?¹

O objectivo desta comunicação é fazer uma análise das relações espaciais existentes entre as unidades mínimas do texto escrito (letras, palavras, enunciados, etc.). Estas relações espaciais têm apenas duas dimensões, as quais resultam da projecção do espaço quadridimensional para uma situação linear de escrita.

Trataremos apenas o significado espacial intrínseco (e não o deíctico), seguindo a distinção introduzida por Miller e Johnson-Laird (1976), que surgiu em reacção à proposta de análise das relações espaciais de H. Clark (1973), em que se defendia uma direcionalidade linear de correspondência entre o Espaço-P(erceptual) e o Espaço-L(inguístico). Miller e Johnson-Laird (1976) introduzem a distinção entre o significado deíctico e intrínseco no sistema de referência espacial: defendem que as relações espaciais podem ser observadas do ponto de vista do próprio sujeito falante - produtor de texto oral ou escrito -, de acordo com as suas coordenadas de orientação espacial, isto é,

¹ Este estudo foi parcialmente apoiado pelos Projectos PCS1/CI/IN/154/91 e FMRH/BD/241/92 da J.N.I.C.T. Queria agradecer, aqui, a todos quantos se dispuseram a debater comigo os problemas espaciais. Devo destacar, especialmente, um grupo de vinte investigadores e docentes do Centro de Linguística das Universidades de Lisboa e da Faculdade de Letras de Lisboa e onze mestrados do Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva que participaram no teste piloto, assim como o orientador do Mestrado - Prof. Malaca Castelleiro. Agradeço, sobretudo, aos cinquenta e quatro alunos da F.L.L. que participaram na experiência por nós desenvolvida, assim como à sua professora Maria Joao Freitas que, amavelmente, cedeu uma parte das suas aulas na faculdade e disponibilizou os alunos para a realização da experiência. À Prof. Isabel H. Faria o meu "muito obrigado" pelo seu constante incentivo científico e pela inestimável ajuda quando da elaboração do questionário.

podem ter natureza deíctica, ou, então, são interpretadas do ponto de vista do referente e do seu sistema de coordenadas, determinadas pelas partes intrínsecas do seu corpo².

Levelt (1984) mantém a mesma distinção, indicando que o sistema intrínseco exige uma análise mais minuciosa do que o sistema deíctico, mas só pode ser utilizado se, pelo menos, um dos objectos em cena tem partes intrínsecas. Vários estudos demonstraram que a determinação das partes intrínsecas de corpos e objectos é uma tarefa complicada. Para o conseguir, procura-se (Garnham, 1989) determinar primeiro a parte frente e a parte trás do objecto, depois a parte cima e a parte baixo, o que, por sua vez, permite a distinção entre o lado esquerdo e o lado direito. Existem, pelo menos, três maneiras possíveis de determinar as partes intrínsecas do corpo. Primeiro, estabelece-se o que se entende pela sua "cabeça" e, especialmente, pela "cara", se tal for possível. Segundo, determina-se o encontro canónico (no sentido definido por H. Clark, 1973) e, depois, na ausência de outras indicações, define-se a frente intrínseca do corpo, baseando-se nas características do seu movimento (Garnham, 1989:48).

Reunindo todos estes elementos, **Garnham (1989) propõe, assim, uma teoria unificada do significado de termos espaciais básicos "esquerda", "direita", "frente", "trás", "cima" e "baixo".** Cada um destes termos pode ter três tipos de significado (básico, deíctico e intrínseco), enquanto "cima" e "baixo" podem ter um quarto significado de carácter "gravitacional". As restrições de uso dos termos são explicadas pela "restrição do enquadramento vertical".

Uma vez definido o Espaço-P, chega a vez da determinação do Espaço-L. De acordo com

² O sistema deíctico é "the linguistic system for talking about space relative to a speaker's egocentric origin and co-ordinate axes", enquanto o intrínseco é o sistema linguístico "where spatial terms are interpreted relative to co-ordinate axes derived from intrinsic parts of the referent itself" (Miller e Johnson-Laird (1976:396).

a hipótese de correlação de H. Clark (1973), as propriedades do Espaço-P mantêm-se reflectidas no Espaço-L, para o qual são unilateralmente projectadas.

Se, por um lado, parece não haver dúvidas de que o esquema cognitivo principal de relações espaciais básicas, tal como p.ex., apresentado por Garnham (1989), se encontre presente no Espaço-L da linguagem humana, por outro lado, não parece haver unanimidade quanto à projecção do Espaço-P para a representação do Espaço-L ao nível de línguas particulares. Uma grande variação existente do tipo de expressão espacial aponta para **uma correlação menos directa e mais complexa entre o nível perceptual e o nível linguístico**. Choi e Bowerman (1990) sublinham que o conhecimento não-linguístico dos relacionamentos espaciais é, sem dúvida, importante para o desenvolvimento dos termos espaciais mas levantam dúvidas quanto à proposta segundo a qual o conhecimento não-linguístico forneça directamente conceitos espaciais em que as palavras de uma língua podem ser projectadas³. Gentner (1982)⁴ verificou que os termos relacionais são apreendidos, por regra, mais tarde do que as palavras que denominam objectos concretos. Interpretou esta diferença como proveniente da 'naturalidade cognitiva' dos conceitos correspondentes. Os conceitos relativos a objectos são 'dados' à partida, enquanto os conceitos relacionais são 'impostos' pela estrutura da língua, precisando de um tempo extra para a sua construção. Schlesinger (1977)⁵ rejeitou, também, o determinismo cognitivo forte e, baseando-se em trabalhos teóricos, defendeu que na aquisição da linguagem existe a interacção entre os conceitos próprios

³ Para apoiar esta tese ver: Van Geert, P. (1985/6), "In, On, Under: An Essay on the Modularity of Infant Spatial Competence", *First Language*, 6, 7-28, discutida em Choi e Bowerman, 1991:2.

⁴ Gentner, D. (1982), "Why Nouns are Learned before Verbs: Linguistic Relativity versus Natural Partitioning", in: S.A. Kuczaj II (ed.) *Language Development, Vol. 2: Language, Thought and Culture*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum. Ver, também, Choi e Bowerman (1991:2).

⁵ Schlesinger, I.M. (1973), The Role of Cognitive Development and Linguistic Input in Language Acquisition, *Journal of Child Language*, 4, 153-169. Ver, também, a discussão em Choi e Bowerman (1991:3).

de que a criança dispõe e as categorias semânticas modeladas na língua de "input". Bowerman (1977) e Gopnik (1980)⁶ mostraram que no estágio de uma palavra as crianças generalizam as palavras para os referentes novos com base não apenas nos seus conhecimentos extralinguísticos mas também da sua observação das regularidades nas situações em que os adultos utilizam as palavras. Os estudos *inter e intralinguísticos* (*crosslinguistic studies*), sobretudo os desenvolvidos nos últimos cinco anos, não mostraram, ainda, a qual das duas componentes pertence a primazia: ao conhecimento espacial não-linguístico ou à organização semântica da língua do "input". Apesar de termos evidência que, desde a infância precoce, as crianças de várias línguas maternas exprimem diferentemente as relações espaciais (Berman e Slobin, 1987) e que diferem nos significados que associam aos termos espaciais (Bavin, 1990)⁷, ainda não está claro se a especificidade linguística está presente desde o princípio⁸ (Choi e Bowerman, 1991) ou aparece apenas a partir de um ponto comum de conhecimentos universalmente partilhados, como defende Slobin na sua Gramática Básica da Criança (1985).

Para mostrar a importância da variação interlinguística na categorização semântica é importante observarmos como algumas línguas classificam as relações espaciais básicas (Bowerman, 1989:143-150). Na linha de vários estudos anteriores tais como E. Clark (1973), H. Clark (1973) ou Johnston e Slobin (1979) e de vários outros, aqui citados, que se lhes seguiram, parte-se do pressuposto que

[Hipótese 1] - o desenvolvimento do conhecimento não-linguístico do espaço

⁶ Gopnik, A. (1980), *The Development of Non-Nominal Expressions in 12-24 Month Old Children*. Unpublished doctoral dissertation, Oxford University.

⁷ Bavin, E. (1990), *Locative Terms and Warijiri Acquisition*, in: *Journal of Child Language*, 17, 43-66.

⁸ Como defendeu Geater (1982), *op.cit.*

constituiu uma condição indispensável para a aquisição dos termos espaciais⁹.

Intuitivamente, mas com base na nossa experiência pessoal (falante não-nativa do Português Europeu) e profissional (professora de Português - Língua Estrangeira), parte-se, também, do pressuposto que

[Hipótese 2] - a correspondência entre a referência espacial e a sua expressão linguística pode diferir de língua para língua.

Para testar estas duas hipóteses formulamos o seguinte problema: num texto encontramos uma pseudo-palavra **ADAR**, surgida num contexto que nos leva à sua interpretação como um verbo de movimento. Vejamos, assim, esta frase:

ex. Logo de manhã, o António José costuma adar duas horas.

Como corrigir a gralha que surgiu nesta frase? Neste caso concreto, existem, pelo menos, duas propostas potenciais, isto é, podemos colocar um n em dois sítios diferentes para obter (1) NADAR ou (2) ANDAR.

Como iremos, agora, explicitar estas colocações, tendo em conta o relacionamento espacial entre a letra inserida "n" e o primeiro "a" da sequência pretendida, e isto tendo em conta os resultados de investigação atrás mencionados?

Podemos dizer, baseando-nos na linearidade da escrita, que, no primeiro caso, o n é colocado antes do primeiro a, dando origem à palavra nadar, enquanto, no segundo caso,

⁹ Note-se que esta hipótese se refere apenas à importância da concepção cognitiva do espaço sem, no entanto, excluir a importância da componente linguística.

o n é colocado depois do primeiro a, dando origem à palavra andar. Do mesmo modo, mas utilizando uma definição deféctica das relações espaciais, isto é, definindo-as em função de quem produz a escrita, no primeiro caso, trata-se de colocação à esquerda e, no segundo, de colocação à direita em relação à primeira letra de sequência.

O problema põe-se quando pretendemos definir o relacionamento entre os elementos em causa, usando expressões de caracterização intrínseca: à frente e atrás. Isto acontece, porque as letras ou as palavras, ou outras unidades de texto, não dispõem de partes da frente ou partes traseiras intrínsecas do seu "corpo", ao contrário do que acontece no caso dos seres humanos, animais, carros, sapatos etc., em que podemos definir, inequivocamente, a sua "cara" e a sua parte traseira. Uma unidade de texto ou o próprio texto na sua totalidade passa a dispor destas características, apenas depois de serem atribuídas pelo seu autor ou, então, leitor. Como é que esta atribuição é feita em Português Europeu (PE)?

Para podermos resolver este problema construímos um quadro experimental que consistia num questionário (Batoréo, 1992), relativo a sete problemas espaciais (subdivididos em vários pontos), dos quais apenas quatro diziam respeito à problemática aqui analisada. Este questionário foi apresentado, em um primeiro momento, como teste-piloto a 29 sujeitos (em dois grupos: o primeiro de 18 e o segundo de 11) e depois num teste propriamente dito a 54 sujeitos, sendo, as suas respostas devidamente tratadas e analisadas. Recolhemos as respostas obtidas às perguntas 1, 2, 4 e 7 do questionário as quais focavam a colocação de elementos de escrita (p.ex. sinais convencionais, como o asterisco) em relação às unidades pequenas do texto escrito. Esta colocação pode ser evidenciada pelos pares de expressões espaciais tais como antes / depois ou à frente e atrás.

Assim, no questionário, surgem dois problemas formulados em Português (1 e 2), pedindo-se que se coloque um asterisco à frente e antes de uma dada letra. Os problemas 4, em Inglês, e 7, em Francês, correspondem ao problema português 1. Optámos pela versão não-portuguesa destes pontos para tornar claro que ambas se referem a diversas realidades linguísticas e não apenas a línguas diferentes, o que poderia ser inferido da versão portuguesa, mesmo que estivesse devidamente comentada. Assim temos:

- nº 1: Coloque um asterisco à frente da letra B,
- nº 2: Coloque um asterisco antes da letra P,
- nº 4: Put an asterisc in front of the letter M,
- nº 7: Placez un astérisque devant la lettre N.

Numa primeira fase testámos o questionário em dois grupos de ensaio, constituídos por investigadores e docentes universitários.

Depois de analisados e discutidos os dados relativos à parte pré-experimental - o que nos permitiu tirar algumas conclusões úteis para a redefinição do próprio questionário e dos pressupostos iniciais - desenhámos a experiência propriamente dita.

A amostra é constituída, no seu conjunto, por cinquenta e quatro sujeitos, alunos do curso de licenciatura em Linguística na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pertencentes a duas turmas da cadeira de Fonologia e Morfologia do Português, uma do segundo e outra do terceiro ano curricular.

O Português é a língua materna de 91% dos sujeitos testados, havendo cinco sujeitos (nove por cento da totalidade) com língua materna/ língua de escolarização diferente: Francês (três casos) e línguas africanas (dois).

Os dados recolhidos na fase experimental foram analisados segundo uma grelha de análise previamente estabelecida (Faria, 1983).

Em relação à problemática relevante para o presente estudo, o grupo experimental mostrou-se quase unânime nas respostas correspondentes a duas perguntas feitas em Português (pergunta / indicação 1 & 2). Um conjunto de 94% da população da amostra considera a posição "à frente" na disposição linear da escrita como equivalente a "à direita", surgindo apenas duas ocorrências (quatro por cento da população) de reconhecimento de "à frente" como equivalente "à esquerda". No que se refere ao problema em que se pede a colocação do asterisco à frente da letra B, surge apenas um sujeito que propõe uma solução diferente das anteriores, uma resposta de carácter deíctico: ele reconhece a posição "à frente" como não sendo equivalente nem à posição do lado esquerdo nem à do lado direito mas como a existente "entre" o signo da escrita e o próprio observador, o que resulta na sobreposição da colocação do asterisco à letra escrita. É importante sublinhar que o mesmo sujeito resolve as questões análogas nas outras duas línguas, colocando o asterisco sempre por cima da letra.

Mais unanimidade de resposta reuniu o caso da colocação do asterisco "antes" da letra, como equivalente à posição "à esquerda" - 98%.

A quase unanimidade das respostas às questões 1 e 2 pelos falantes nativos do P.E. faz-nos pensar num "modelo português"¹⁰ das relações espaciais, em oposição a outros modelos de outras línguas: "o modelo francês" e "o modelo inglês".

¹⁰ "Modelo" equivale, aqui, ao "modelo mental", no sentido introduzido por Miller e Johnson-Laird (1975). Para os estudos feitos para o P.E. ver: Faria (org.) (1987).

Se o reconhecimento do "modelo português" (perguntas 1 & 2) teve adesão quase unânime, o mesmo não ocorreu no caso do Inglês (pergunta 4) ou do Francês (pergunta 7). Apenas três alunos (6% dos sujeitos da amostra) forneceram uma resposta correcta em Inglês (isto é, à esquerda), enquanto "o modelo francês" (para o efeito igual ao "inglês") foi seguido por catorze sujeitos (26%). O desconhecimento da existência de um outro modelo mental na expressão espacial linear relativo à escrita foi, assim, verificado em 88% das respostas em Inglês e 72% em Francês.

A experiência que aqui apresentámos permitiu-nos verificar que **a produção verbal permite evidenciar os modelos mentais a ela subjacentes.**

Voltando, agora, à nossa questão de andar/ nadar, consideramos que os resultados obtidos na experiência aqui relatada nos permitem pensar que praticamente cem por cento dos falantes nativos do PE explicitam que na palavra nadar o n está colocado atrás da palavra previamente existente, enquanto na palavra andar, o n está colocado à frente do primeiro a, pondo, assim, o sinal de igualdade entre a colocação antes e atrás, por um lado, e, por outro, entre depois e à frente.

Entendemos, por conseguinte, que o falante nativo do PE constrói um modelo dinâmico de texto, que se "desloca" à medida que prossegue a escrita, isto é, partindo de à esquerda = antes = atrás para prosseguir no sentido de à direita = depois = à frente. Este modelo corresponde à **organização temporal¹¹; passa-se do passado (= esquerda = antes) para o presente e prossegue-se no sentido do futuro (= direita =**

¹¹ Agradeço a Adriana Baptista a troca de ideias aquando da apresentação deste trabalho. Os resultados por ela obtidos na Tese de Mestrado (1991) *Da Representação Mental do Espaço Urbano à sua Verbalização: Contributos para o Estudo Deste Processo com Base na Análise de Instruções de Percurso Recolhidas na Cidade do Porto* parecem apontar, igualmente, para o carácter temporal da representação do espaço em Português.

depois). Até este ponto a explicitação parece perfeitamente "natural" e "lógica" para um falante nativo do PE.

O que acontece, então, quando se pretende que esta explicitação seja feita por um falante não-nativo do PE, isto é, uma pessoa para quem o Português é língua segunda, língua estrangeira, que é bilingue desde a nascença ou, então, que, apesar de ser falante nativo no sentido exacto da expressão, foi escolarizado numa língua diferente do Português?

Alguns casos pontuais da experiência citada, a nossa prática no ensino do Português Europeu como língua estrangeira, assim como conversas informais que tivemos com vários estrangeiros de diversas línguas maternas permitiram-nos observar alguma variação nas respostas em que "a lógica" e "o carácter óbvio" da situação anterior passam de uma característica genérica para uma particular: "a lógica" passa a ser apenas "uma lógica possível", enquanto "o óbvio" se torna "uma das soluções possíveis".

Ao contrário do que acontece no caso do falante do PE, um francês, um espanhol, um inglês, um alemão ou um polaco atribuí a parte frente da palavra ao seu lado esquerdo e, conseqüentemente, a parte trás ao seu lado direito, fazendo coincidir, por um lado antes, à esquerda e à frente e, por outro, depois, à direita e atrás. O modelo adoptado já não é, aqui, temporal e dinâmico, como no caso do PE, mas, pelo contrário, estático e espacial.

Consideramos, assim, que para o falante não-nativo do PE, o texto não está em curso para além do processo pontual da escrita; uma vez terminado, funciona como um produto concluído que deixa de ter características dinâmicas e funciona, apenas, como um corpo estático. Por conseguinte, a sua "frente" (ou "cabeça") não está virada no mesmo sentido em que prosseguia "a deslocação" do texto, já que, segundo esta "lógica", a "deslocação" já deixou de existir. O texto, sendo um produto acabado,

tende a adquirir a "cabeça" (ou a "frente") no lugar em que a própria escrita se iniciou cronologicamente, isto é, na primeira letra da palavra, relacionando, assim, a frente com a anterioridade.

Quanto à existência de dois modelos espaciais diferentes por nós atrás sugerida, podemos afirmar que ainda antes de tomarem consciência desta variação, os representantes de cada uma destas "lógicas", isto é, os portugueses, por um lado, e os não-portugueses, por outro, costumam afirmar o seu ponto de vista como a verdade absoluta, e defendê-la de uma maneira extremamente emocional. O "outro" é considerado, neste caso, como um "desviado", "incapaz de pensar de uma maneira lógica" (a única "lógica" possível, evidentemente) e, se por acaso insistir na sua "verdade", pode ser tido como mal-intencionado, mal-educado ou, inclusivé, arrogante. Sabem disto os professores de línguas estrangeiras (tanto professores de PE como língua estrangeira, assim como professores de outras línguas para discentes portugueses), que precisam, frequentemente, de explicitar aos seus alunos as relações espaciais expressas linguisticamente; sabem os que trabalham com os estrangeiros na edição do texto que, ao corrigirem as gralhas, recebem ordens formuladas de acordo com um modelo mental diferente do deles; sabem, também, os empregados das reprografias que ao fazer as fotocópias "de trás para a frente" executam um trabalho com resultado oposto ao pretendido pelo estrangeiro que as tinha encomendado; assim como o sabem os empregados das bibliotecas quando observam os estrangeiros que, ao consultarem os ficheiros, seguem "para frente" ou "para trás" no sentido exactamente oposto ao pretendido no conselho expresso pelo sócito bibliotecário.

A análise efectuada permite-nos constatar que não se trata nem de hipersensibilidade emocional, nem de arrogância, de teimosia ou de má educação, como alguns são levados a concluir quando, de repente, se encontram numa situação destas pela primeira vez.

Trata-se, antes, de existência de **modelos mentais diferentes** em falantes de diversas línguas, podendo-se, à partida, distinguir dois grupos: o de falantes nativos do PE e o de falantes nativos de línguas como o Alemão, o Inglês, o Francês, o Espanhol ou o Polaco¹². Cremos tratar-se de uma **diferença cognitiva na organização espacial de texto(s) escrito(s)** tanto ao nível nuclear, isto é, no computador ou numa única página ou ficha do texto impresso, como ao nível serial, onde as sucessivas folhas, fichas, livros, etc. ocupam um volume tridimensional, formando um (conjunto de) texto(s) a que, também, atribuímos a parte frente e a parte trás . Esta diferença cognitiva encontra-se na base da diferença linguística observada em diferentes línguas. Tanto em Francês como em Inglês podemos referir-nos à mencionada posição como sendo antes (avant e before , respectivamente) ou como sendo à frente (devant e in front of , respectivamente). E foi, igualmente, apenas para estas duas línguas que encontramos uma explicitação do fenómeno observado, numa única fonte para cada um dos idiomas mencionados. No caso do Francês, trata-se de uma gramática¹³, enquanto no caso do Inglês se trata de um dicionário¹⁴.

¹² Enumeramos, aqui, apenas as línguas em que testámos os falantes nativos e consultámos os respectivos dicionários e gramáticas. Repare-se que nos limitámos, apenas, às variantes europeias destas línguas, não pretendendo alargar as conclusões a que chegámos p.ex., ao Inglês americano, à norma brasileira ou às variedades do Castellano da América Latina. O seu estudo exige uma análise à parte. Da mesma forma, não alargamos, tão-pouco, as nossas conclusões às respectivas famílias linguísticas em que se inserem as línguas por nós estudadas, embora a nossa intuição e algumas conversas levadas a cabo com os colegas linguistas de outros países nos façam pensar que a situação verificada em Inglês e Alemão seja extensível para as outras línguas germânicas (p.ex., para o Neerlandês), ou que o verificado para o Polaco, também o seja para as outras línguas eslavas (p.ex., para o Russo ou para o Búlgaro). Pensamos, também, que na família das línguas românicas, "a fronteira cognitiva passe no Guadiana", para citar a expressão de uma colega castelhana, deixando, de um lado, o PE e agrupando, no outro, as outras línguas românicas faladas na Europa. No fundo, trata-se, apenas, de intuições, com base nas declarações, na sua maioria, de linguistas multilingues e, por conseguinte, não se tratando de falantes monolíngues típicos.

¹³ Na gramática francesa de Maurice Grevisse *Le Bon Usage. Grammaire Française avec des Remarques sur la Langue Française d'Aujourd'hui*. 11^{ème} ed., 1980, na página 1425, no subcapítulo "L'astérisque" lemos: "Dans les ouvrages philologiques l'astérisque placé devant un mot indique qu'il s'agit d'une forme supposée: Accueillir. Lat. pop. *accolligere (...)" (sublinhados nossos).

¹⁴ No Dicionário Inglês *English Language Collins COBUILD Dictionary* (1987), Collins, London & Glasgow, 1988., na entrada FRONT, no subponto 7.3., encontramos a seguinte explicitação: "If you write

Como explicar a existência de dois modelos cognitivos diversos que se encontram na base de uso linguístico diferenciado?

Um dos possíveis modelos explicativos¹⁵, que de momento, nos parece mais viável na sua operacionalidade, é o modelo de L. Talmy (1985). Segundo este autor qualquer tipo de deslocação, seja ela física ou metafórica, pode ser representada em função de quatro elementos base: a Fonte (Source) de onde parte, o Percurso (Path) que segue, o Alvo (Target) a que se dirige e que, eventualmente, alcança, assim como o Modo de Deslocação (Manner). No caso que analisamos, interessam, de facto, apenas dois destes elementos: a Fonte e o Alvo. Dos dois modelos que distinguimos, podemos verificar que existe uma deslocação apenas no modelo português: o movimento da construção do texto (= da escrita) parte de uma Fonte, que, à medida que o texto se vai desenvolvendo, fica atrás em relação ao movimento em curso, tendo sempre à sua frente o Alvo a alcançar, isto é, a conclusão definitiva do texto. às línguas que não concebem a produção de texto como uma deslocação espaço-temporal, o modelo não se aplica¹⁶.

something in front of a particular word, you write it to the left of that word, e.g. Put the little word "de" in front of your name" (sublinhados nossos).

¹⁵ Agradeço a Henriette Hendriks do Instituto Max Planck em Nijmegen, Holanda, o ter "pensado alto" este assunto comigo durante o nosso encontro ao Workshop de Cracóvia, em Julho de 93.

¹⁶ É natural que surjam outros modelos explicativos que, segundo os seus defensores, dão melhor conta dos dados aqui apresentados. Como mostrou a discussão que se gerou depois da apresentação deste estudo no Encontro da APL, várias vezes houve que pretenderam uma explicação dos fenómenos apontados apenas por razões de escolarização, da tradição educativa e de tradição pedagógica vigente em Portugal. Não nos parece que uma explicação simples seja suficiente neste caso: a problemática pode ser vista pelo prisma da escolarização (o que não invalida a nossa análise), mas as suas raízes encontram-se a um nível bastante mais fundo. A escolarização não existe sem inserção cultural e social, servindo-se da língua como veículo e como conteúdo. As línguas, por sua vez, têm bases cognitivas (mesmo que não sabemos (ainda) definir bem o que, numa língua, é defendido como cognitivo e o que se deve ao "input" linguístico) e daí, segundo o nosso ponto de vista, o carácter indispensável de conhecimentos cognitivos para a investigação em Linguística.

Concluindo, demonstrámos, no nosso estudo, que

- existem modelos mentais na concepção espacial de relacionamento que ocorre na linearidade textual (comprovação da Hipótese 1);
- não existe um único modelo para todas as línguas;
- existe um "modelo português" de carácter dinâmico (temporal) em oposição a um "modelo não-português" estático, subjacente a algumas outras línguas europeias (comprovação da Hipótese 2);
- na maioria dos casos os falantes das línguas pertencentes a cada um dos modelos não têm consciência da existência do modelo alternativo; ao tomarem conhecimento desta outra possibilidade reagem muito emocionalmente, considerando, à partida, que os modelos se excluem mutuamente;
- a teoria de Talmy (1985) constitui um quadro explicativo que dá conta do "modelo português" e do seu carácter dinâmico e temporal.

Estas conclusões levaram-nos a defender o carácter indispensável de conhecimentos cognitivos para a investigação em Linguística. Numa área como a expressão do Espaço, na qual temos vindo a trabalhar ultimamente, e em que os elementos cognitivos e linguísticos se interpenetram, é impensável conceber estas duas áreas de estudo como compartimentos estanque. Por conseguinte, questionamos a opinião de H. Weinrich que aconselha os linguistas a limitarem-se ao estritamente linguístico¹⁷. Os problemas aparentemente apenas linguísticos têm a sua base subjacente fortemente cognitiva, como

¹⁷ "Teremos que convir, na realidade, que uma análise linguística que começa por considerar a situação e só depois passa ao texto é, de um ponto de vista linguístico, absolutamente aberrante. De um modo geral, os linguistas limitam-se a estudar textos e forma linguística e é normal que o façam, já que a formação específica que receberam os habilita para analisar textos e não para analisar situações. Para analisar situações precisariam de ter recebido uma formação no domínio da ontologia (para os aspectos genéricos) e no das ciências sociais (para os aspectos específicos), o que habitualmente não acontece" (1993:16-17) em: H. Weinrich "Análise textual dos demonstrativos em Português" in: Schmidt-Radefeldt, J. (ed.) (1993), *Semiótica e Linguística Portuguesa e Românica (Homenagem a José Gonçalves Herculano de Carvalho)*, Gunter Narr Verlag, Tübingen, 15-23.

pretendemos demonstrar no presente estudo.

BIBLIOGRAFIA

BATORÉO, H.J. (1992), "Compreensão e Produção de Algumas das Expressões Espaciais em Português Europeu - Experiência F", Relatório apresentado à JNICT, Abril 1992.

BERMAN, R. & SLOBIN, D.I. (1987) "Five ways of Learning How to Talk about Events: A Crosslinguistic Study of Children's Narratives". *Berkeley Cognitive Science Report*, 46: Berkeley, CA.

BOWERMAN, M. (1977) "The Acquisition of Word Meaning: an Investigation of Some Current Concepts" in: Johnson- Laird, P.N. (ed) *Thinking: Readings in Cognitive Science*, Cambridge University Press, 1985, 239-253.

BOWERMAN, M. (1985), "What shapes children's grammars?" in: D. Slobin (ed) Lawrence Erlbaum. *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition, Vol 2: Theoretical Issues*. Hillsdale, NJ:

BOWERMAN, M. (1989) "Learning a Semantic System: What Role Do Cognitive Predispositions Play?" in: M. L. Rice and R. L. Schiefelbusch (eds.) *The Teachability of Language*, Baltimore, Paul H. Brooks.

BOWERMAN, M. (1990) Mapping Thematic roles onto syntactic functions: Are Children helped by innate linking rules? *Linguistics* 28, 1253-1289.

BOWERMAN, M. (1993), "The Crosslinguistic Study of Semantic Development: How do Children Learn about Space", comunicação apresentada ao *Crosslinguistic Workshop on the Acquisition of Slavic and Baltic Languages*, Cracóvia, Julho, 8-14, 1993.

BRYANT, D. J. e TVERSKY, B. (1992), Internal and External Spatial Frameworks for Representing Described Scenes, *Journal of Memory and Language*, 31, 74-98.

BYRNE, R. M. J. e JOHNSON-LAIRD, P. N. (1989). Spatial Reasoning, *Journal of Memory and Language*, 28, 564-575.

CHOI, S. & BOWERMAN, M (1991), Learning to Express Motion Events in English and Korean: the Influence of Language Specific Lexicalization Patterns. *Cognition* 41, 83-121.

CLARK, E. (1973) "Non-linguistic Strategies and the Acquisition of Word Meanings". *Cognition*, 2, 161-182.

CLARK, H.H. (1973) "Space, Time, Semantics, and the Child" in: T. Moore (ed.) *Cognitive Development and the Acquisition of Language*. New York: Academic Press.

EHRLICH, K. e JOHNSON-LAIRD, P. N. (1982), Spatial Descriptions and Referential Continuity, *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour* 21, 296-306.

FARIA, I.H. (1983), *Para a Análise da Variação Sócio-Semântica: Estrato Sócio-Profissional, Sexo e Local de Produção enquanto Factores Reguladores, no Português Contemporâneo, das Formas de Auto-Referência e de Orientação para o Significado*,

Tese de Doutoramento, F.L.L., Lisboa, 1983.

FARIA, L. H. (org.) (1987), Mesa Redonda: Modelos Mentais e Produção Verbal, in: *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa 1987, 433-517

GARNHAM, A. (1989), A Unified Theory of the Meaning of Some Spatial Relational Terms. *Cognition*, 31, 45-60.

JOHNSON-LAIRD, P. N. (1983), *Mental Models: Towards a Cognitive Science of Language, Inference and Consciousness*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

JOHNSTON, J. & SLOBIN, D.I. (1979) The Development of Locative Expressions in English, Italian, Serbo-Croatian and Turkish, *Journal of Child Language* 6, 547-562.

LEVELT, W.J.M. (1984), "Some Perceptual Limitations on Talking about Space" in: A.J. van Doorn, W.A. van der Grind & J.J. Koenderik (eds.), *Limits in Perception*, Utrecht: VNU Science Press.

MILLER, G.A. & JOHNSON-LAIRD, P.N. (1976) *Language and Perception*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.

SLOBIN, D.I. (1985) (ed.) *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition*, two vol., Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

TALMY, L. (1985) "Lexicalization Patterns: Semantic Structure in Lexical Forms", in: T. Shopen (ed) *Language Typology and Syntactic Description, Vol. III: Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press.